ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 15/12/2021
Aceito em: 28/9/2021
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

PRAZERES, J. N. dos; MONTEIRO, R. S. A prelazia de Cametá e os sítios agrícolas das colônias São Vicente e Ponta Grossa. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 79-93, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p79-93.

A PRELAZIA DE CAMETÁ E OS SÍTIOS AGRÍCOLAS DAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E PONTA GROSSA[1]

Joenia Nunes dos Prazeres[2]
Rafael Siqueira Monteiro[3]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como foi desenvolvido o Projeto Sítios Agrícolas das Colônias de São Vicente e Ponta Grossa, da comunidade de Carapajó, município de Cametá (Pará, Amazônia, Brasil). Esse projeto se constituiu em uma das atividades sociais desenvolvidas pela Prelazia de Cametá, entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como principal idealizador o Padre Johannes Gerardus Boonekamp. A problemática desta pesquisa está vinculada à compreensão de como e em que contexto surgiu o Projeto Sítios Agrícolas. Para responder a essa problemática, propomos os seguintes objetivos específicos: investigar em que contexto a Prelazia de Cametá sugeriu o Projeto Sítios Agrícolas e verificar como se deu a sua implantação, o acompanhamento e as práticas formativas. Adotamos como metodologia a História Oral, e, também, como parte do procedimento metodológico, realizamos pesquisas nos arquivos da Diocese de Cametá, assim como visitas de campo para estabelecer contato com as pessoas da comunidade de Carapajó e para realizar entrevistas. Este trabalho nos permitiu verificar que o Projeto Sítios Agrícolas foi implementado pela Prelazia de Cametá dentro de um contexto no qual a Igreja se sentiu interpelada pela pobreza que assolava essa região, mas também se verificou que essa experiência agrícola foi um projeto mais de cunho pessoal, tendo o Padre Johannes Gerardus Boonekamp como o principal idealizador do que propriamente a Prelazia de Cametá.

Palavras-chave: sítios agrícolas, pimenta-do-reino, Prelazia de Cametá.

[1] O texto aqui apresentado é resultado de um conjunto de pesquisas que contribuiu para a construção da dissertação de Joenia Nunes dos Prazeres, intitulada: Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: Uma Experiência Agrícola Desenvolvida nas Décadas de 1970 e 1980 na Comunidade de Carapajó, Município de Cametá, Pará. O presente artigo sobre "A Prelazia de Cametá e os sítios agrícolas das colônias São Vicente e Ponta Grossa" em sua análise, construção e outras reflexões foi escrito em conjunto com o Prof. Me. Rafael Monteiro.

[2] Licenciada em Letras, especialista em Educação em Direitos Humanos e mestra em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: nunesjoenia@gmail.com
http://orcid.org/0000-0001-8910-0187

[3] Professor de Filosofia na Rede de Ensino Médio do Estado do Pará (Seduc), especialista em Ética e Filosofia Política, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: profmonteiro84@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2491-542X

THE PRELATURE OF CAMETÁ AND THE AGRICULTURAL LAND OF THE SÃO VICENTE AND PONTA GROSSA COLONIES

Abstract: This article aims to analyze how the project Agricultural Sites of São Vicente and Ponta Grossa Colonies, in the community of Carapajó, municipality of Cametá (Pará, Amazon, Brazil) was developed. This project was one of the social activities developed by the Prelature of Cametá, between the 1960s and the 1980s, with Father Johannes Gerardus Boonekamp as its main promoter. The problem of this research is linked to the understanding of how and in what context the Agricultural Sites Project emerged. In order to answer this problematic, we propose the following specific objectives: to investigate the context in which the Prelature of Cametá proposed the Agricultural Sites project and to verify how it was implemented, the accompaniment and the formative practices. We adopted Oral History as our methodology and, also, as part of the methodological procedure, we carried out research in the archives of the Diocese of Cametá, as well as field visits to establish contact with people from the Carapajó community and to conduct interviews. This work allowed us to verify that the Agricultural Sites Project was implemented by the Prelature of Cametá within a context in which the Church felt challenged by the poverty that plagued this region, but it was also verified that this agricultural experience was more of a personal project, with Father João Boonekamp as the main creator, than the Prelature of Cametá itself.

Keywords: agricultural sites, black pepper, Prelature of Cametá.

Introdução

A Prelazia de Cametá[4], sobretudo na figura do Padre Johannes Boonekamp[5], implementou um projeto de produção de pimenta-do-reino na Vila de Carapajó[6], município de Cametá[7], que contribuiu significativamente para a vida de muitas famílias. Todavia, é tênue a fronteira entre um trabalho que vise resgatar a dignidade da pessoa humana de forma integral e o mero assistencialismo. Nesse sentido, este artigo não tem a intenção de cruzar a fronteira quer de um, quer de outro, mas sim de apresentar essa experiência no mínimo intrigante de um sacerdote católico que por mais de 3 décadas esteve à frente desse projeto.

Este artigo, portanto, visa analisar como foi desenvolvido o Projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa, na localidade de Carapajó, município de Cametá, PA, entre as décadas de 1970 e 1980. A pesquisa está vinculada à compreensão de como e em que contexto surgiu o Projeto Sítios Agrícolas. Para responder a essa problemática, propomos os seguintes

[4] Instituição Católica, fundada em 29/11/1952, localizada na região Norte do Brasil, estado do Pará, elevada à categoria de Diocese no dia 12 de maio de 2013, que abrange os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento e Pacajá (Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá, 2019).

[5] Johannes Gerardus Boonekamp, sacerdote de origem holandesa pertencente à Congregação da Missão, chegou ao Brasil em 1946 e ficou no Nordeste até o ano de 1960, quando transferido para a Prelazia de Cametá como vigário cooperador da Paróquia São José, município de Tucuruí, PA. Em 1964 foi nomeado pároco de Carapajó e lá permaneceu até o ano de 1999, quando retornou para a Casa Provincial, em Fortaleza, para cuidar da saúde. Faleceu no ano de 2002, com 87 anos. Esse sacerdote também era conhecido como Padre João Boonekamp ou Padre Joãozinho, por isso, no decorrer do texto, poderão aparecer uma dessas denominações ou ambas.

[6] Carapajó recebeu título de Vila em 25/12/1916 pela Lei nº 1.530 de 5/10/1916. Está localizada em um braço do Rio Tocantins e geograficamente é constituído por ilhas e vilarejos de terra firme. Conforme dados obtidos pela Delegacia Sindical de Carapajó, no ano de 2018, a população dessa localidade estava estimada em 10.170 habitantes.

[7] Cametá é um município do estado do Pará, no Brasil. Faz parte da mesorregião do Nordeste Paraense e é banhado pelo Rio Tocantins. A palavra "Cametá" vem do tupi "Caá" (floresta, mato, vegetação densa) e "Mutá" (degrau, palanque, elevação), logo, Cametá, numa tradução livre significa "degrau da floresta".

objetivos específicos: investigar em que contexto a Prelazia de Cametá sugeriu o Projeto Sítios Agrícolas e verificar como se deu a implantação, o acompanhamento e as práticas formativas.

Como procedimento metodológico deste trabalho adotamos a história oral, pois "[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, entre outras) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas [...] como forma de se aproximar do objeto de estudo" (ALBERTI, 1990, p. 1).

Para Alberti (1990), a história oral é um tipo de método privilegiado, pois, a partir das narrativas, é possível construir fontes de pesquisas históricas, antes não registradas, mas que fizeram parte das relações sociais de determinada sociedade. Portanto, na tentativa de compreender as motivações que levaram à frente esse projeto singular para aquele período, tivemos acesso aos arquivos da Diocese de Cametá a partir da década de 1960.

Ressalta-se que alguns documentos do acervo não estão bem conservados, mas consideramos importante colocá-los neste trabalho para enfatizar as informações nele contidas. Uma das fontes desse acervo é denominado de Informativo das Comunidades Cristãs, uma espécie de jornal elaborado pelas lideranças da Prelazia de Cametá que visava informar os principais acontecimentos dessa instituição.

Nesta pesquisa, tivemos contato com pessoas que vivenciaram e/ou testemunharam essa experiência agrícola na Vila de Carapajó, por meio de entrevistas de história oral realizadas entre os anos de 2017 e 2019. Foi a partir das histórias e memórias narradas por esses sujeitos[8] que pudemos averiguar os acontecimentos sócio-históricos ocorridos no processo de implantação do Projeto Sítios Agrícolas.

Esse projeto envolveu em sua fase final 43 famílias e consolidou 2 colônias: Colônia São Vicente e Colônia Ponta Grossa. Tais famílias tiveram acesso à terra e ao financiamento de insumos para a produção da pimenta-do-reino, produto muito cultivado na época, devido ao alto valor de venda e exportação.

Para compreendermos o processo de implantação do Projeto Sítios Agrícolas, desenvolvido pela Prelazia de Cametá, apresentaremos na primeira parte deste artigo as mudanças ocorridas na Igreja no que tange a sua ação pastoral em vista da promoção humana. Posteriormente, verificaremos como se deu a implantação, o acompanhamento e as práticas formativas do Projeto Sítios Agrícolas.

A Prelazia de Cametá e sua atuação sociopastoral entre as décadas de 1960 e 1980

Na década de 1960, o Brasil sofreu grandes conflitos sociais que impactaram a vida de muitos brasileiros. Diante desses conflitos, que não ocorriam apenas no Brasil, mas também em muitos países da América Latina, surge um movimento na Igreja Católica que buscava, por meio

[8] As pessoas que fizeram parte desta pesquisa autorizaram a divulgação dos dados obtidos durante a entrevista de história oral, gravadas em áudio (posteriormente transcritas), a utilização de imagens (fotografias) e outras informações acerca da sua identidade (nome, idade, origem, entre outras) por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLC)

de uma teologia – Teologia da Libertação – contribuir para o enfrentamento dessas questões sociais e políticas.

As ideias da Teologia da Libertação ganharam força e, embora houvesse inúmeras resistências por parte das igrejas particulares e também da Cúria Romana, elas exerceram influência tanto na maneira como a Igreja lia a realidade dos povos latino-americanos quanto na sua ação pastoral, que passou a se posicionar em relação aos problemas sociais e políticos vivenciados em cada país no qual ela atuava.

Como resultado da conferência de Puebla (1979), foi publicado um documento que, de certa forma, passou a nortear a ação evangelizadora das igrejas da América Latina, e, como podemos observar na citação abaixo, uma das diretrizes que esse documento aponta é a opção preferencial pelos pobres; e essa diretriz tornou-se um dos princípios de evangelização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo incorporada nos planos de pastoral, atividades e formações da maioria das dioceses e prelazias da Igreja do Brasil.

> A conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1979, p. 275).

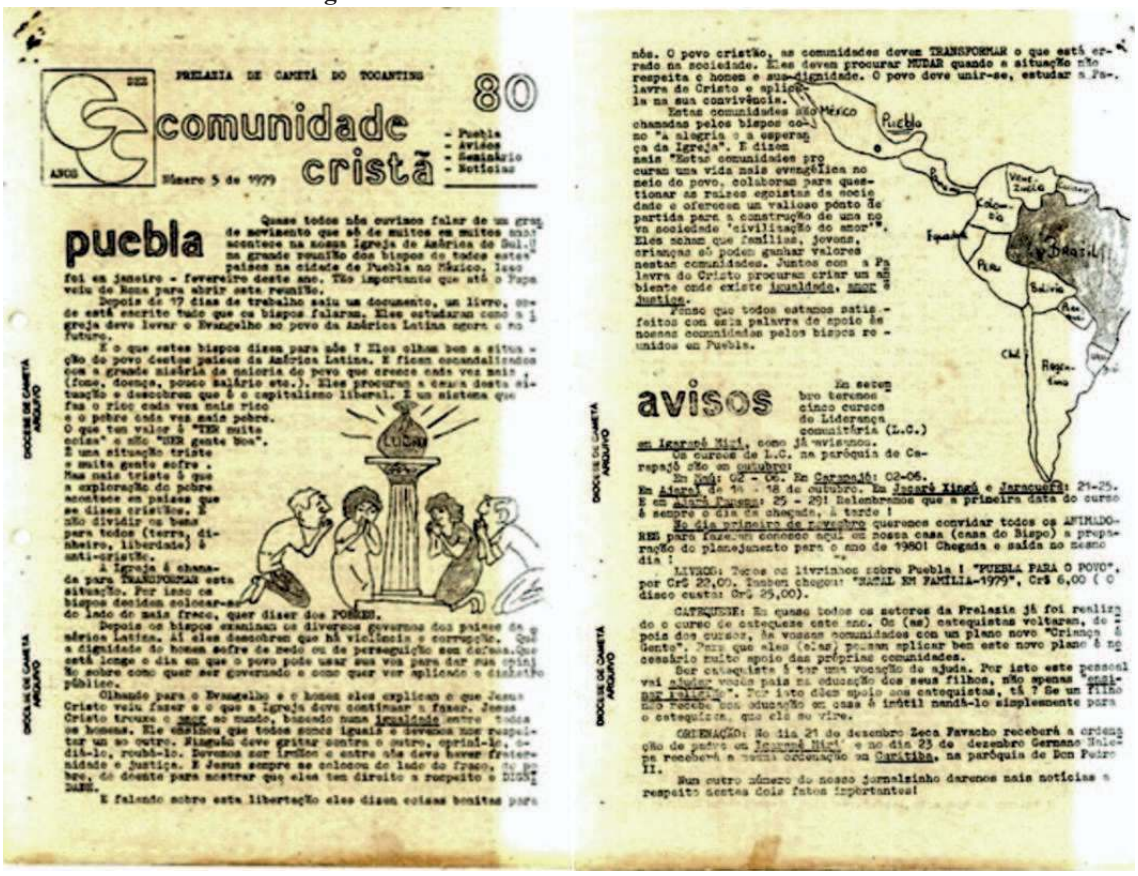
Como podemos perceber no excerto acima, essa tomada de posição teve resistência de alguns bispos e de outros membros da ala mais conservadora da Igreja Católica, pois essa nova postura, entre outros delineamentos, não só colocava o povo como parte da Igreja e agente da evangelização, como também buscava encarar os problemas sociais e políticos, como bem fazia Dom Hélder Câmara, grande defensor dos direitos humanos no Brasil.

A pesquisadora Grícoliiokoi (1996, p. 29) afirma que "[...] o setor progressista procurava firmar uma posição diferente, mas que, apesar de combater os privilégios da Igreja e dos membros da hierarquia, concordava com a postura anticomunista, criticava os defensores da revolução proletária". Assim sendo, a ação desses clérigos não estava enraizada em uma ideologia marxista. Provavelmente, as ações de bispos e padres em favor das classes populares estavam em harmonia com o humanismo cristão e no contexto histórico da igreja latino-americana sensível às questões sociais.

Sublinhamos, ainda, que no caso da Prelazia de Cametá, as comunidades cristãs (CCs)[9] estavam em sintonia com esse contexto eclesiológico latino-americano; os leigos também refletiam, nos encontros comunitários, os direcionamentos da Conferência de Puebla, conforme podemos observar no Informativo nº 5 do ano de 1979 (Figura 1), cuja notícia principal se referia às conclusões da Conferência de Puebla.

[9] Na circunscrição eclesiástica da Prelazia de Cametá, as comunidades eclesiais de base (CEBs) são denominadas comunidades cristãs (CCs).

Figura 1. Informativo da Comunidade Cristã nº 5.



PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS

80

comunidade cristã

- Puebla
- Avisos
- Seminário
- Notícias

puebla

avisos

Fonte: Prelazia de Cametá do Tocantins (1979).

Desse informativo, consideramos importante ressaltar que alguns pontos revelam uma nova postura dos leigos, isto é, integrados aos debates e não mais limitados às questões colocadas pela Igreja. Na parte final dessa notícia, percebemos que, de maneira simples e direta, os redatores do informativo fizeram uma tradução sintética dos resultados do movimento de Puebla, destacando que a Igreja é chamada a olhar e transformar a realidade de miséria dos países da América Latina.

Portanto, essa postura dos leigos também pode ser considerada resultado da nova maneira como a Igreja estava delineando suas atividades, pois, conforme Favacho (1984), o novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá se configurou nesse período da Conferência de Puebla e da Teologia da Libertação. E, nesse momento, contou-se com o apoio dos padres denominados "padres progressistas", pois nem toda a Igreja era favorável a esse novo fazer pastoral pautado nessas novas ideias.

O Bispo da Prelazia de Cametá daquele período, Dom Cornélio Vernam, não acolheu com entusiasmo as novidades que a Igreja propunha. Em uma carta dirigida ao padre visitador[10] da Holanda, ele se referiu aos resultados do Concílio do Vaticano II, dizendo: "Aqui, por certo, pouco será aproveitado, talvez alguns direcionamentos. Novas ideias chegam bem devagar aqui e são, em geral, mais destrutivas do que construtivas" (FRENCKEN, 2010, p. 457).

[10] Nomenclatura dada ao membro do governo central de uma congregação religiosa, neste caso da Congregação da Missão dos Padres Lazaristas.

Sousa (2002, p. 105–106) também fez um relato sobre Dom Cornélio Vernam, no qual fica evidente certo descontentamento dos padres que atuavam na Prelazia de Cametá, pois as práticas pastorais adotadas por esse bispo não correspondiam ao novo movimento pastoral a que a Igreja havia se proposto.

> Desde 1952, a Prelazia era dirigida por um bispo de nome Cornélio. Segundo informações obtidas em Cametá, ele participou somente da primeira sessão do Concílio do Vaticano II – considerado o marco no processo de renovação da ação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana – provavelmente por não concordar com o tipo de abordagem dada aos problemas sociais durante aquele concílio. Em 1969, já com a idade bastante avançada e com a saúde debilitada após diversas crises de malária, Dom Cornélio retornou a sua terra natal, a Holanda, ficando a direção da Prelazia a cargo de Padre Henrique, que assumiu a função de administrador apostólico. Tanto o Padre Henrique quanto a equipe de padres holandeses já se mostravam descontentes com a ação pastoral da Igreja Católica em Cametá (SOUSA, 2002, p. 105-106).

Percebe-se, portanto, que, além de esse bispo não ser aberto às novidades pastorais, tampouco as considerava positivas. Talvez as inovações no fazer pastoral propostas pela Igreja rompessem com a sua concepção de evangelização. E, por outro lado, a postura de padres tomando a frente das questões sociais e uma participação mais efetiva por parte dos leigos não deveriam agradar a Dom Cornélio, considerado um bispo conservador para aqueles novos tempos.

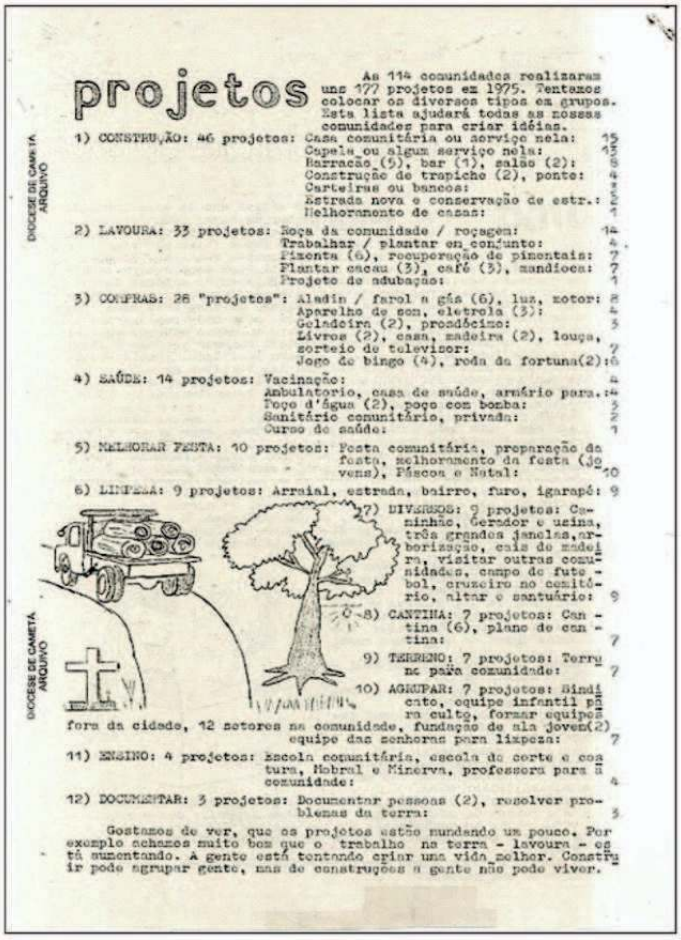
Sousa (2002, p. 106) também transcreve uma entrevista com o Padre Geraldo Parieden, na qual ele relata que "[...] com a saída do bispo foi imediatamente implementado o novo Plano Pastoral, objetivando a criação das Comunidades Cristãs". Acrescenta ainda que "a nova direção da Igreja Católica Romana em Cametá procedeu a uma avaliação da ação pastoral, juntamente com um estudo da realidade econômica e social da Prelazia" (SOUSA, 2002, p. 106).

Portanto, esse novo plano de pastoral em sintonia com a eclesiologia e teologia da Igreja Latino-Americana confirma que o novo fazer pastoral foi motivado e planejado por padres abertos às questões sociais e, ao ficarem à frente da Igreja de Cametá, buscaram promover uma ação evangelizadora com caráter mais social, visando à promoção humana.

Frencken (2010, p. 394) relata que, por parte da Prelazia de Cametá: "[...] houve muita dedicação na área social e de promoção humana naqueles anos, pois era uma região inóspita e abandonada pelos poderes públicos". Encontramos vários documentos sobre a importância dessas ações realizadas pela Prelazia de Cametá nos âmbitos da saúde, da educação e do desenvolvimento agrícola, pois naquele período a ausência de políticas públicas dificultava o desenvolvimento da região e a sobrevivência das pessoas.

> Havia, a partir de meados dos anos 1960, dois tipos de trabalho na área social que, embora distintos, tinham como objetivo comum a melhoria das condições de vida do povo ao longo do Tocantins e, mais tarde, na Transamazônica. Enquanto permaneciam os trabalhos sociais mais no sentido tradicional da palavra, acompanhados sempre de certo assistencialismo, o movimento das comunidades trouxe uma nova atitude perante os problemas sociais, tornando muito importante a conscientização, através da formação, para ajudar o povo a descobrir as suas próprias condições e possibilidades. Instalou-se, desta forma, uma pastoral de promoção humana (FRENCKEN, 2010, p. 471-472).

Figura 2. Informativo da Comunidade Cristã nº 52.



projetos

As 114 comunidades realizaram uns 177 projetos em 1975. Tentamos colocar os diversos tipos em grupos. Esta lista ajudará todas as nossas comunidades para criar idéias.

1) CONSTRUÇÃO: 46 projetos: Casa comunitária ou serviço nela: 15
Capela ou algum serviço nela: 15
Barracão (5), bar (1), salão (2): 8
Construção de trapiche (2), ponte: 4
Carteiras ou bancos: 2
Estrada nova e conservação de estr.: 2
Melhoramento de casas: 1

2) LAVOURA: 33 projetos: Roça da comunidade / roçagem: 14
Trabalhar / plantar em conjunto: 4
Pimenta (6), recuperação de pimentais: 7
Plantar cacau (3), café (3), mandioca: 7
Projeto de adubação: 1

3) COMPRAR: 26 "projetos": Aladin / farol a gás (6), luz, motor: 8
Aparelho de som, eletrola (3): 4
Geladeira (2), prosdócimo: 3
Livros (2), casa, madeira (2), louça, sorteio de televisor: 7
Jogo de bingo (4), roda da fortuna(2): 6

4) SAÚDE: 14 projetos: Vacinação: 4
Ambulatorio, casa de saúde, armário para.: 4
Poço d'água (2), poço com bomba: 3
Sanitário comunitário, privada: 2
Curso de saúde: 1

5) MELHORAR FESTA: 10 projetos: Festa comunitária, preparação da festa, melhoramento da festa (jovens), Páscoa e Natal: 10

6) LIMPEZA: 9 projetos: Arraial, estrada, bairro, furo, igarapé: 9

7) DIVERSOS: 9 projetos: Caminhão, Gerador e usina, três grandes janelas, arborização, cais de madeira, visitar outras comunidades, campo de futebol, cruzeiro no cemitério, altar e santuário: 9

8) CANTINA: 7 projetos: Cantina (6), plano de cantina: 7

9) TERRENO: 7 projetos: Terreno para comunidade: 7

10) AGRUPAR: 7 projetos: Sindicato, equipe infantil para culto, formar equipes fora da cidade, 12 setores na comunidade, fundação de ala jovem(2) equipe das senhoras para limpeza: 7

11) ENSINO: 4 projetos: Escola comunitária, escola de corte e costura, Nobral e Minerva, professora para a comunidade: 4

12) DOCUMENTAR: 3 projetos: Documentar pessoas (2), resolver problemas da terra: 3

Gostamos de ver, que os projetos estão mundando um pouco. Por exemplo achamos muito bom que o trebalho na terra - lavoura - está aumentando. A gente está tentando criar uma vida melhor. Construir pode agrupar gente, mas de construções a gente não pode viver.

DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

Fonte: Prelazia de Cametá do Tocantins (1976).

No Informativo da Comunidade Cristã nº 52 (PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS, 1976)[11], há registro de alguns projetos desenvolvidos pela Prelazia de Cametá, dentre os quais 33 deles destinados à agricultura. Esses projetos foram denominados como Projetos de Lavoura (Figura 2).

No que tange à produção agrícola, Favacho (1984, p. 100) informa que "[...] no final dos anos setenta alguns vigários passaram a orientar várias famílias no plantio da pimenta do reino, que na época era um dos produtos mais valorizados no mercado". Esses projetos voltados para a promoção das pessoas pela agricultura foram desenvolvidos em três comunidades do município de Cametá, a saber: Carapajó, Cupijó e Aricurá.

Esses projetos sociais, motivados pelo novo fazer pastoral da Prelazia de Cametá, foram coordenados pincipalmente pelos padres[12] João Boonekamp, Geraldo Parieden e João Tiago Poels que, embora atrelados à Igreja, acabaram tomando para si toda a responsabilidade do projeto e se empenhavam em buscar recursos nas suas famílias e instituições do seu país de origem.

Sítios agrícolas: uma experiência agrícola em vista da promoção humana

O contexto social da América Latina das décadas de 1960 a 1980 foi marcado pela pobreza e por conflitos políticos. Em meio a essas tensões, surgiu um cristianismo que tomava posição diante do sofrimento dos mais pobres desse continente. Uma posição política que foi olhada com desconfiança pela Cúria Romana. Todavia, essas novas ideias inspiraram muitas Igrejas locais, como podemos observar no Novo Plano de Pastoral da Prelazia de Cametá, em que um dos objetivos era ser uma Igreja mais voltada para a promoção humana e comprometida com a justiça para todos (FAVACHO, 1984).

Acreditamos que essa nova postura da Prelazia de Cametá foi inspirada por todas essas mudanças ocorridas na Igreja Latino-Americana dos anos 1960 a 1980. A presença das comuni-

[11] Documento completo no Anexo B.
[12] Esses três padres eram holandeses e pertenciam à Congregação da Missão.

dades eclesiais de base (CEBs) e a Teologia da Libertação são expressões do engajamento social e político da Igreja, cuja participação efetiva nas questões sociais se fazia necessária diante da conjuntura de exploração e miséria que assolava não só o Brasil, mas também vários países da América Latina.

> A Teologia da Libertação que busca partir do compromisso por abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova deve ser verificada pela prática desse compromisso; pela participação ativa e eficaz na luta empreendida pelas classes sociais exploradas contra os seus opressores. A libertação de toda forma de exploração; a possibilidade de uma vida mais humana e mais digna, a criação de um homem novo passam por essa luta (GUTIÉRREZ, 2000, p. 365).

Löwy (2000), por sua vez, denomina esse fenômeno ocorrido nas Igrejas dos países da América Latina como "Cristianismo de Libertação". Para o autor, o Cristianismo da Libertação deve ser entendido como um movimento social que abrange associações de moradores, sindicatos, CEBs, grupos revolucionários, pastorais da Igreja, entre outros. "Proponho chamá-lo de *cristianismo da libertação*, por ser esse conceito mais amplo que "teologia" ou que "igreja" e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e prática" (LÖWY, 2000, p. 57).

Nesse contexto é que surge a proposta dos *Sítios Agrícolas*, que, segundo dados obtidos nos arquivos da Prelazia de Cametá, foi coordenada pelo Padre João Boonekamp, que, após adquirir uma grande extensão de terra na localidade de Carapajó, deu início a essa experiência agrícola para a produção de pimenta-do-reino. Primeiramente, foi adquirida uma propriedade onde foi implantada a Colônia São Vicente[13]. E, alguns anos depois, foi adquirida uma segunda propriedade, também em Carapajó que, por sua vez, foi denominada Colônia Ponta Grossa.

Na Figura 3, captada no ano de 2019, é possível visualizar a Vila de Carapajó e as duas colônias agrícolas.

O primeiro recurso financeiro para a implementação desse projeto procedeu de uma herança familiar destinada ao Padre João Boonekamp e, talvez, por ele ter sido religioso e ter feito votos de pobreza, se desprendeu desse valor, destinando-o à agricultura: "[...]o primeiro recurso que veio para cá foi de herança, né. E ele investiu aqui, né. Comprou terra e tal"[14], relatou Lucivaldo Cruz (informação verbal)[15].

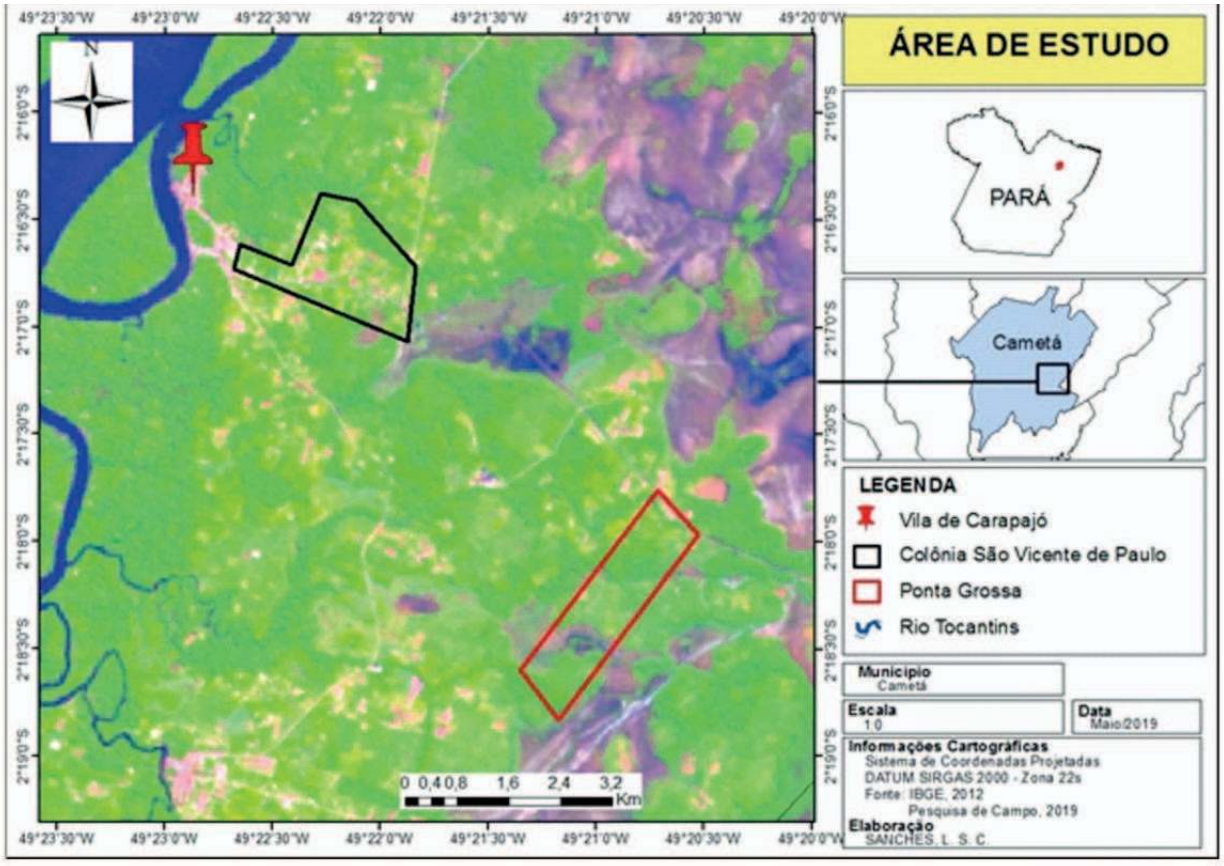
Em relação à seleção das famílias, não encontramos registros documentais quanto aos critérios estabelecidos para participar desse projeto nas colônias em Carapajó. Todavia, constatamos em algumas narrativas que as famílias foram selecionadas principalmente pela questão econômica e pela relação próxima com o Padre João Boonekamp. Portanto, mesmo não sendo estabelecidos critérios formais de acesso ao projeto, o padre, à sua maneira, selecionou as famílias para essa experiência agrícola, como podemos observar nas narrativas a seguir:

[13] A Diocese de Cametá não localizou a escritura da propriedade onde foi instalada a Colônia São Vicente, mas tivemos acesso a uma certidão da Colônia Ponta Grossa, na qual se informa que a propriedade era composta por 100 ha e foi adquirida por Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), no ano de 1979.

[14] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.

[15] Lucivaldo Lopes da Cruz, 65 anos ingressou no projeto no ano de 1988. Antes de ser transferido para a Colônia São Vicente, a pedido Padre João Boonekamp, ele pertenceu à Colônia Ponta Grossa.

Figura 3. Mapa da Vila de Carapajó.



Fonte: Elaborado por Sanches, L.S.C (2019).

Pelópidas Araújo[16] informou que um dos critérios adotados pelo Padre João Boonekamp era que o trabalhador demonstrasse responsabilidade: "[...] tinha que ser gente de responsabilidade, gente honesta [...]. No meio de muitos, tem uns que são bagunceiros. E esses aí não tinham vez" (informação verbal)[17]. Por outro lado, Lucivaldo Cruz relatou que a questão econômica também era um critério, haja vista que esses projetos implementados pela Prelazia de Cametá visavam à promoção das pessoas que se encontravam sem trabalho para sustentar suas famílias.

> O critério maior era a situação econômica, como falei não era muito religioso, não precisava ser católico mesmo pra pegar o que tinha. Primeiro era você querer, e tinha que ajudar ele pra querer ser ajudado, e ajuda não era dar, era ajudar que as coisas funcionasse, aí o critério era esse mesmo, e tinha responsabilidade com o pagamento, resolver, porque afinal de contas a melhor forma de financiamento que tinha aqui era equivalente ao produto (informação verbal)[18].

Jandira Estumano[19] disse não conhecer nenhum critério, ela acredita que, pelo fato de o padre conhecê-los, esse foi um dos motivos de tê-los inserido no projeto: "Não, só conhecia [referia-se que não houve critério]. Porque logo no início em que a gente veio para cá, nós fizemos

[16] Pelópidas Araújo, 66 anos, ingressou no projeto no ano de 1983, Colônia Ponta Grossa, por intermédio do seu irmão, que fez o contato com Padre João Boonekamp.
[17] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Pelópida Araújo no dia 29 de julho de 2018.
[18] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.
[19] Jandira Moraes Estumano, 79 anos, sua família ingressou no projeto no ano de 1969, na Colônia São Vicente.

a casa, morávamos aqui [na vila de Carapajó], e o Padre João chamou ele para trabalhar para ele. Trabalhou para o padre João" (informação verbal)[20].

No que tange à distribuição das terras, algumas famílias que participaram do projeto nos informaram que a terra não foi vendida para eles, mas também não foi doada. E, após analisar as narrativas, parece-nos que os lotes foram, de certa forma, cedidos/disponibilizados para que as famílias pudessem ter um espaço para viver e sobreviver por meio da agricultura.

Afonso dos Anjos[21] nos informou que o Padre João Boonekamp repassou 2 ha de terra para cada trabalhador rural e sua família desenvolverem atividades agrícolas. Esse senhor também nos relatou como se davam as formas de produção, e que cada trabalhador rural tinha como meta, estabelecida pelo padre, de plantar mil e quinhentos pés de pimenta-do-reino, como podemos observar na narrativa a seguir:

> Deu, era dois hectares... dois hectares pra cada um. E lutei, lutei [...]. Ele [referindo-se ao padre João] deu, mil e quinhentos pra cada um agricultor, mil e quinhentos pé de pimenta. Depois foi e falou com três anos eu pagava. Pagava com pimenta também, o meu deu 900 [referindo-se a sua produção] não deu uma tonelada [...] antes de completar os três anos eu paguei pra ele. Ele falava na igreja, ah o homem trabalhador, o homem honesto (risos). Antes dele completar, só que ele não me deu o recibo da quitação, ele não me deu (informação verbal)[22].

Timóteo Pinho[23], por sua vez, nos relatou que "[...] o padre Joãozinho olhava o terreno e dizia: daqui até ali é sua parte. Depois passe com o gerente para pegar o dinheiro e iniciar a sua plantação" (informação verbal)[24]. Entretanto, na segunda parte da nossa pesquisa de campo, a qual contemplou os trabalhadores rurais que desistiram do projeto, Romário Machado[25] nos informou que havia, sim, uma pessoa que era responsável pela demarcação dos lotes (informação verbal)[26]. Inclusive, disse que o Padre João era muito organizado quanto a essa questão, pois o projeto abrangia uma propriedade de terra extensa, e que também envolvia muitas pessoas. Por isso, era necessário ter certa organização quanto à divisão dos lotes.

Portanto, há controvérsias entre os sujeitos participantes do Projeto Sítios Agrícolas sobre esse processo de distribuição das terras, assim como não há consenso se houve ou não a doação dos lotes. Essa contradição pode ser considerada como uma espécie de Memória Dividida, em que os sujeitos envolvidos no projeto não estabeleceram uma uniformidade em suas narrativas, ou seja, suas memórias e a relação com o passado não têm um único ponto, e sim estamos à frente de um fenômeno plural, pois:

> [...] quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela "oficial" e "ideológica", de forma que, uma vez desmontada esta última, se passa implicitamente assumir a autent

[20] Entrevista de história oral realizada com a Sra. Jandira Moraes no dia 9 de março de 2019.
[21] Afonso Pompeu dos Anjos, 66 anos, ingressou no projeto no ano de 1971, na Colônia São Vicente.
[22] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Afonso Pompeu dos Anjos no dia 29 de março de 2018.
[23] Manoel Timóteo Pinho, 85 anos, ingressou no projeto no ano de 1974, na Colônia São Vicente.
[24] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Manoel Timoteo P. Ramos no dia 29 de março de 2018.
[25] Romário Alves Machado 74 anos, fez parte da Colônia São Vicente, no ano de 1975, a convite do Padre João Boonekamp.
[26] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Romário Alves Machado no dia 16 de janeiro de 2019.

> cidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 1996, p. 109).

Também constatamos, pelas narrativas, que apesar de o padre ter repassado o lote para o cultivo e também para a moradia, em nenhum momento ele dizia que a propriedade passaria a ser dessas famílias, tampouco forneceu um documento em que se estabelecia essa situação. Alguns trabalhadores participantes do projeto e que ainda estão atuando não se consideram proprietários das terras; outros já as venderam, mesmo sem terem documento.

> A gente sabe que esta terra está aqui, é da diocese. Ela paga tudo, os impostos. O Dom Jesus dizia que "quem está lá é dele, eu não quero e ninguém deve querer, não sei se outro bispo né, vai entender diferente". Mas se ele quisesse, só que aqui existia o usucapião né? (informação verbal)[27].

Procuramos a Diocese de Cametá para obtermos informações sobre essa questão e fomos informados de que o Padre João Boonekamp não repassou a titularidade das referidas terras para essas famílias. Todavia, o setor administrativo dessa instituição nos informou que o bispo anterior, Dom Jesus Maria Cizaurre, fez várias tentativas para solucionar tal situação, mas entre as próprias famílias que estão atualmente nas terras existem conflitos que travaram esse processo.

No que tange às formas de financiamento para a produção de pimenta-do-reino dos *Sítios Agrícolas*, as entrevistas revelaram que esse processo se deu em três modalidades diferentes. A primeira modalidade era uma forma de cofinanciamento em espécie, que se deu principalmente durante a implantação dos *Sítios Agrícolas* da Colônia São Vicente. Ao ser repassado o recurso financeiro para aquisição dos insumos agrícolas, elaborava-se uma espécie de promissória feita a punho pelo próprio Padre João Boonekamp. Nesse documento era discriminada toda a despesa para a produção da pimenta-do-reino, os insumos e os seus custos, e repassado o valor em espécie para o trabalhador rural adquirir todo material necessário para iniciar a plantação.

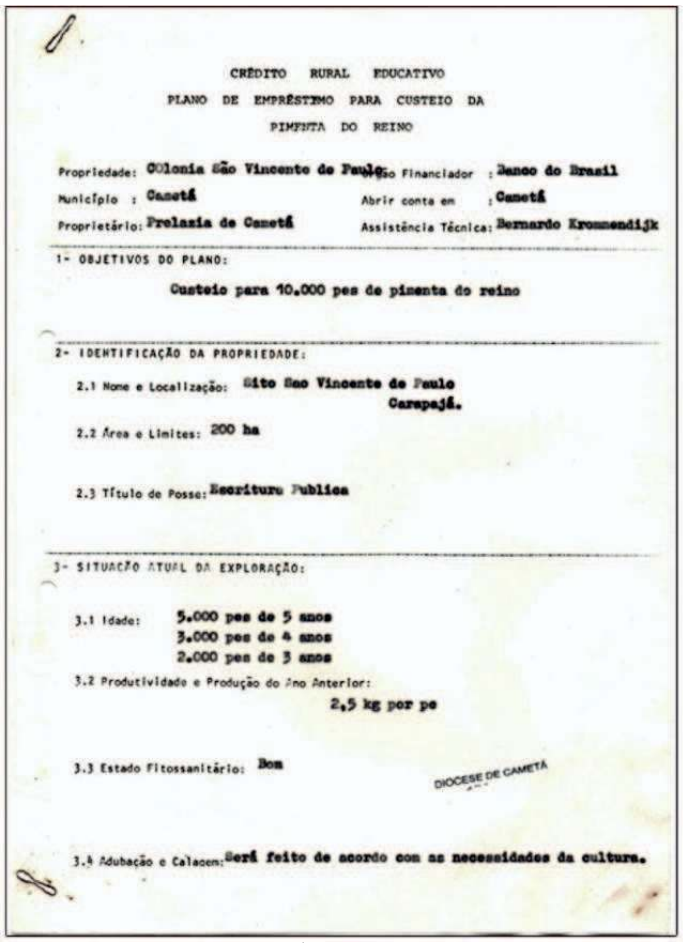
A segunda modalidade de financiamento ocorreu por meio do repasse dos insumos, ou seja, não mais era repassado o valor em espécie, e sim dos materiais agrícolas necessários para o cultivo da pimenta. Essa modalidade de financiamento foi mais implementada na Colônia Ponta Grossa. E a terceira e última modalidade de financiamento para essas colônias agrícolas foi por meio de crédito financeiro realizado diretamente no banco ou pela Prelazia de Cametá por meio de um projeto institucional denominado de Crédito Rural Educativo.

Nesse tipo de financiamento pelo banco, algumas famílias dessas colônias conseguiram acessar diretamente o recurso mediante uma carta de anuência liberada pelo Padre João Boonekamp. E outras famílias, também por intermédio do padre, fizeram o financiamento via Prelazia de Cametá, sendo que, nesse caso, a própria instituição acessava o crédito e repassava o valor para os agricultores conforme as etapas da produção.

Quanto ao processo de acompanhamento do Projeto Sítios Agrícolas, não havia procedimento formal, com formulários e/ou outros instrumentais para o monitoramento das produções agrícolas das colônias; tampouco os técnicos da Prelazia de Cametá foram solicitados para reali-

[27] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.

Figura 4. Documento do Plano de Custeio Rural Educativo.



CRÉDITO RURAL EDUCATIVO
PLANO DE EMPRÉSTIMO PARA CUSTEIO DA
PIMENTA DO REINO

Propriedade: Colonia São Vincente de Paulo — Agente Financiador: Banco do Brasil
Município: Cametá — Abrir conta em: Cametá
Proprietário: Prelazia de Cametá — Assistência Técnica: Bernardo Kronnendijk

1- OBJETIVOS DO PLANO:
Custeio para 10.000 pes de pimenta do reino

2- IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE:
2.1 Nome e Localização: Sito Sao Vincente de Paulo Carapajó.
2.2 Área e Limites: 200 ha
2.3 Título de Posse: Escritura Publica

3- SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO:
3.1 Idade: 5.000 pes de 5 anos; 3.000 pes de 4 anos; 2.000 pes de 3 anos
3.2 Produtividade e Produção do Ano Anterior: 2,5 kg por pe
3.3 Estado Fitossanitário: Bom
DIOCESE DE CAMETÁ
3.4 Adubação e Calagem: Será feito de acordo com as necessidades da cultura.

Fonte: Crédito Rural Educativo (1979).[1]

[1] Crédito Rural Educativo. Plano de empréstimo para custeio da pimenta-do-reino. Documento faz parte do Arquivo da Diocese de Cametá (1979). Não publicado.

zar as visitas técnicas nos sítios. Fomos informados pelas famílias que ainda estão nos sítios que o próprio Padre João Boonekamp orientava os trabalhadores rurais na produção agrícola.

Em relação à formação desses trabalhadores rurais, detectamos nas narrativas que o processo formativo era mais incentivado pela Prelazia de Cametá, e pouco foi desenvolvido na localidade de Carapajó, pois quando perguntamos para Isabel Igreja Alves[28] se houve reuniões, cursos, encontros, ela respondeu:

> Não. Não tinha assim. O padre João conversava mais assim com cada pessoa. Muito raro, eu sempre digo assim, que ele nos deu um incentivo muito grande para o trabalho. Ele nos ensinou muita coisa, porém ele nunca nos ensinou a reunir, e é um ponto negativo que a nossa vila tem. Se você faz uma reunião... (informação verbal)[29].

Lucivaldo Lopes, por sua vez, foi um dos últimos trabalhadores rurais que fez parte desse projeto e também por ser um dos gerentes e líder da comunidade cristã, pôde participar de muitos encontros desenvolvidos pela Prelazia de Cametá. Ao perguntarmos a ele se o Padre Joãozinho ofereceu algum curso específico para as famílias que faziam parte das colônias, a reposta foi que sim, "[...] ofereceu. Tanto de questão técnica, quanto também de questão de vendas e essas coisas" (informação verbal)[30].

Diante dessas duas narrativas, mais uma vez percebemos a presença da Memória Dividida, pois há contradição quanto ao processo formativo desenvolvido no Projeto Sítios Agrícolas. Esse fenômeno ocorreu exatamente porque os sujeitos que dele fizeram parte tiveram acesso a essa experiência agrícola em tempos diferentes e com metodologias de financiamentos distintos.

Ao dialogar com as pessoas que vivenciaram essa experiência agrícola, muitos expressaram que a iniciativa do Padre João Boonekamp possibilitou profunda mudança de vida para muitas famílias. As narrativas das pessoas que foram testemunhas oculares desse projeto, mesmo se muitas dessas falas romantizavam a figura dele, coloca-nos diante de uma experiência inusitada, pois quem, em nossos tempos, ofereceria terra de forma gratuita, sem contrato de comodato, e ajudaria a comprar o que fosse necessário para plantar?

[28] Isabel Igreja Alves, 68 anos, ingressou no projeto no ano de 1970.
[29] Entrevista de história oral realizada com a Sra. Isabel Igreja Alves no dia 9 de março de 2019.
[30] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.

Essa questão somente pode ser respondida se levarmos em conta aspectos morais e religiosos, que guiam o comportamento cristão e que são superiores a interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, Löwy (2000, p. 58) nos ajuda a refletir o porquê de sacerdotes se proporem a trabalhar em favor daqueles que se encontravam em situação de pobreza e exploração.

> Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé. Se consideramos essa fé e essa identidade religiosa, profundamente arraigadas na cultura popular, só como um "envelope" ou "roupagem" de interesses sociais e econômicos, estaremos incorrendo no tipo de abordagem reducionista que nos impede de entender a riqueza e a autenticidade do movimento verdadeiro.

Conforme o excerto acima, padres como Johannes Gerardus Boonekamp representavam um setor da Igreja mais sensível à situação de pobreza pela qual passava a América Latina, cuja realidade encontrada nos países do Terceiro Mundo apresentava um verdadeiro contraste em relação ao seu país de origem. Esse contato com países menos desenvolvidos "[...] levou muitos deles [padres e missionários estrangeiros] a uma verdadeira conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres" (LÖWY, 2000, p. 75).

Por outro lado, observamos que as narrativas expressaram que as relações entre os trabalhadores, as famílias e a comunidade de Carapajó se apresentavam de forma harmoniosa em relação ao Padre João. Todavia, parece-nos que, implicitamente, essas relações se pautavam em um tipo de relação de poder que E. Thompson (2017) denomina paternalismo. Não uma relação de pai para filho, mas uma relação do maior para o menor, onde o pobre se colocava em uma posição de dependência do outro.

> Considero essa noção de reciprocidade gentry-multidão, de "equilíbrio paternalismo-deferência", em que os dois lados da equação eram, em certa medida, prisioneiros um do outro, mais proveitosa do que as noções de sociedade de uma só classe", de consenso ou de uma pluralidade de classes e interesses (THOMPSON, 2017, p. 68).

A ideia de paternalismo-deferência de E. Thompson (2017) nos ajuda a entrever essa mútua dependência entre os sujeitos participantes do Projeto Sítios Agrícolas e o Padre João Boonekamp. Do lado dos trabalhadores rurais, acreditamos que poderia haver uma dependência econômica para o financiamento da produção da pimenta-do-reino, como também da terra para a implantação dos sítios. Da parte do Padre João, talvez houvesse o sentimento de poder próprio daquele que tem o dinheiro para mandar e decidir. Mas também pode ter havido uma dependência afetiva da parte do padre por aquelas pessoas, pois há inúmeros relatos de que ele frequentava as casas e fazia parte da vida deles.

Diante disso, podemos levantar a hipótese de que a relação aparentemente harmoniosa, presente nas narrativas entre os sujeitos do projeto e o Padre João Boonekamp, pode velar uma relação de poder nos moldes do paternalismo-deferência de E. Thompson. Talvez a pobreza em

que viviam os trabalhadores rurais tenha sido um dos motivos que os levaram a se aproximar do padre. Quanto a este, sua generosidade poderia esconder uma figura autoritária e centralizadora, como, às vezes, as narrativas deixaram transparecer.

Considerações Finais

Em relação à atuação da Prelazia de Cametá voltada para as questões sociais e para a promoção humana, possivelmente se deve ao momento histórico e eclesial da Igreja latino-americana, fortemente influenciada pela Teologia da Libertação. Diante de um contexto de extrema pobreza dos povos do continente americano, a Igreja passou a pensar sua relação com o mundo e consigo mesma a partir do sofrimento dos pobres.

Em relação ao Projeto Sítios Agrícolas, para além das questões legais em relação à propriedade da terra, observamos uma experiência singular, ambígua e instigante de um líder religioso que tentou contribuir para a promoção humana de algumas famílias por meio da "distribuição" de pequenos lotes de terra e financiamento dos insumos.

Possivelmente, a iniciativa do Padre João Boonekamp tenha como pano de fundo essas mudanças históricas ocorridas na Igreja latino-americana no século XX. No entanto, não podemos deixar de destacar uma relação paternalista entre o padre e os sujeitos que fizeram parte do Projeto Sítios Agrícolas. Essa relação provavelmente foi além de um empecilho para a formação de um sujeito livre e responsável por sua própria vida, um obstáculo para a constituição de uma classe de trabalhadores rurais capaz de lutar por seus direitos.

Apesar desses questionamentos, e com respeito aos sujeitos envolvidos e suas memórias, acreditamos que essa experiência agrícola e a doação do Padre João Boonekamp foram importantes para a localidade de Caparajó, sendo que, passados quase 5 décadas desde a implantação do projeto, ainda há um grupo de trabalhadores rurais que resistem com muito saudosismo e gratidão a esse sacerdote.

Por fim, observamos, no decorrer desta pesquisa, que o Projeto Sítios Agrícolas se apresentou como um projeto mais de cunho pessoal, tendo o Padre João Boonekamp como o principal idealizador do que propriamente a Prelazia de Cametá, pois, de certa forma, ele centralizou todo o processo.

Referências

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Puebla**: a evangelização no presente e no futuro da América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

FAVACHO, J. C. **O catolicismo amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região:** estudo sobre a Pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação. 1984. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUC, Rio de Janeiro, 1984.

FRENCKEN, G. **Em missão**: padres da Congregação da Missão (Lazaristas), no Nordeste e Norte do Brasil. Fortaleza: UFC, 2010.

GRÍCOLIOKOI, Z. **Igreja e camponeses**: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec FAPESP, 1996.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 2000.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, M.; AMADO, J**. Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS. Puebla. **Comunidade Cristã**, v. 80, n. 5, 1979.

PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS. Projetos. **Comunidade Cristã**, n. 52, 1976.

SANCHES, L. S. C. **Mapa da Vila de Carapajó**: pesquisa de campo. Cametá – PA, 2019. 3 mapas, color. Escala 1:0. Base: Sistema de Coordenadas Projetadas. DATUM SARGAS, 2000 – Zona 22s. [Rio de Janeiro], IBGE, 2019.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém, PA: NAEA, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.